manchete

Diário Económico

30-12-2014

Periodicidade: Diário
Classe: Economia/Negócios
Âmbito: Nacional
Tiragem: 18714

Temática: Banca/Seguros
Dimensão: 1617
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/28 a 29

Diário Econ
Ascensão do Syriza na Grécia testa política de austeridade na zona euro
PME PODEM CONCORRER A PARTIR DE HOJE A NOVOS FUNDOS EUROPEUS
"Corporate governance"
Por que razão o melhor modelo de governação não salvou o BES?
"EMPRESAS TERÃO PAGAMENTOS ANDA AO PRIMEIRO TRIMESTRE"

manchete

Diário Económico

30-12-2014

Periodicidade: Diário
Classe: Economia/Negócios
Âmbito: Nacional
Tiragem: 18714
Temática: Banca/Seguros
Dimensão: 1617
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/28 a 29

A SUSTENTABILIDADE NA GOVERNAÇÃO DAS EMPRESAS

Por que é que o melhor modelo de governance não evitou a queda do BES?

'Rating' O BES foi a única empresa cotada portuguesa a alcançar, durante quatro anos consecutivos, a nota máxima no grau de acolhimento das recomendações do regulador.

Marta Marques Silva
marta.marquessilva@economico.pt

"Em seis anos nunca abri a boca, entrava mudo e saía calado. Bem como todos os restantes administradores." As palavras são de Nuno Godinho de Matos, o administrador independente do BES que sabia tanto de bancos como de calceteiro, em entrevista ao Jornal i pouco tempo após a falência do banco. Se em teoria cabe aos administradores independentes questionar e fiscalizar a actuação dos administradores executivos do banco, na prática, a presença de Godinho de Matos servia para dar um toque da antiga esquerda revolucionária ao 'board' do banco, segundo o próprio, além de valer um 'check' na longa lista de recomendações do regulador: "De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes (...), que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores". 'Checked'.

Na verdade, uma a uma, o BES cumpria todas as recomendações bebidas das melhores práticas de governo societário, moldadas ao longo de vários anos de escândalos financeiros. Era aliás a única empresa portuguesa cotada, cujo grau de cumprimento das recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) atingiu, por quatro anos consecutivos, 100%. A Portugal Telecom cumpria 98%. Referências do Corporate Governance em Portugal: um está hoje falido, a outra diminuída.

Ambos provam que não basta um bonito modelo no papel e que os relatórios de acolhimento não conseguem abarcar mais do que o mero cumprimento formal das regras de governo societário. "Se nos recordarmos dos casos BCP, BPN, BPP, BES e PT, em todos eles encontramos grandes défices no funcionamento dos mecanismos essenciais do governo societário. E, no entanto, algumas destas empresas eram altamente avaliadas – seja pela CMVM seja por entidades privadas – e apresentavam excelentes relatórios de governo sobre o cumprimento do Código de Governo e respectivas recomendações", nota Carlos Tavares, presidente da CMVM, num discurso realizado no início deste mês sobre o tema do Corporate Governance. Ou seja, "não há bons modelos de Corporate Governance que resistam às pessoas erradas", nem "boas regras que resistam às más práticas", conclui.

GRAU DE ACOLHIMENTO

100%

Entre 2009 e 2012, o BES foi a única cotada a acolher 100% das recomendações da CMVM, em matéria de governo societário. Este relatório, o único feito por uma entidade independente, foi entretanto descontinuado pelo regulador com a entrada em vigor do novo Código de Corporate Governance do IPCG.

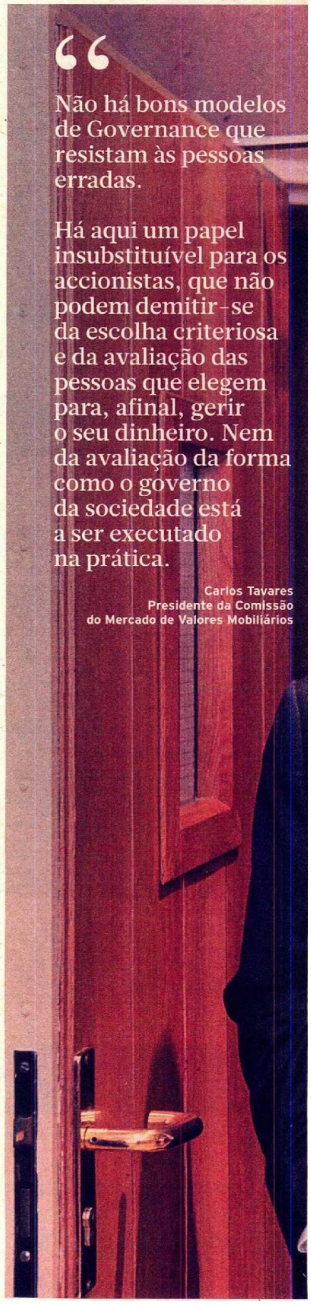
Problemas antigos com respostas incertas. Os primeiros escândalos de governo societário remontam à década de 70 e envolviam financiamentos políticos dados por empresas. Mas foi já neste século que o escândalo Enron mediatizaria o tema. Os próximos 14 anos seriam de um intenso esforço regulatório. "Coisas que hoje encaramos como banais, como a existência de uma comissão de auditoria, comissão de nomeações, comissão de vencimentos, existência de independentes, representatividade de vários tipos de accionistas, tudo isto não existia há alguns anos", destaca Pedro Rocha de Matos, 'partner' da Heidrick & Struggles. Para concluir que: "Existiu uma tremenda evolução das regras de Governance".

Avanços importantes mas que a história recente continua no entanto a provar insuficientes. Afinal, porque é que o melhor modelo de governance é incapaz de prevenir as piores práticas? "Porque o que faz a diferença são as pessoas", diz o especialista da Heidrick. Paulo Câmara, 'managing partner' da Sérvulo e um estudioso assíduo do tema, chama-lhe o "o mais imponderável" e "arriscado" de todos os elementos do governance: as pessoas. Resposta repetida, uma e outra vez: "Se todas elas nortearem o seu comportamento pelos mais elevados padrões de competência, da ética empresarial e profissional e dos valores fundamentais, teremos certamente empresas melhores e mais responsáveis socialmente. Por isso, a escolha das pessoas é o elemento crucial", afirma o presidente da CMVM.

Uma conclusão que retira espaço de actuação à supervisão e à regulação, para o colocar na esfera privada. A ética não é legislável e a avaliação da qualidade profissional e humana de quem comanda o destino das empresas não são competências externas às empresas. Para Carlos Tavares, "há aqui um papel insubstituível para os accionistas, que não podem demitir-se da escolha criteriosa e da avaliação das pessoas que elegem para, afinal, gerir o seu dinheiro. Nem da avaliação da forma como o governo da sociedade está a ser executado na prática".

E se é verdade que os pequenos accionistas terão sempre o poder inerente à sua dimensão, também não o é menos que existe um caminho cultural e cívico a percorrer neste sentido: "Os pequenos accionistas têm poderes e não os exercem. Nunca vi accionistas a votarem contra propostas de remunerações", lança Carlos Tavares. Sabia, por exemplo, que os accionistas minoritários, que agregados representem pelo menos 10% do capital, têm direito a eleger um administrador? ■

Etv HD
Acompanhe a actualidade no canal 16 da NOS, Meo, Vodafone e em www.economico.pt



manchete

Diário Económico

30-12-2014

Periodicidade: Diário
Classe: Economia/Negócios
Âmbito: Nacional
Tiragem: 18714

Temática: Banca/Seguros
Dimensão: 1617
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/28 a 29